

A guerra é branca. A luta, negra: marchando por um armistício para o Brasil



» ANA FLAUZINA
Professora da Faculdade de Educação da UFBA, tem mestrado em direito (UnB) e doutorado em direito (American University Washington College of Law)

É do fundo da alma, do canto do peito em que pulsa verdade, amor e compromisso, que deságuam essas palavras. Sei que de mim se esperam as linhas retas, as respostas prontas, as sentenças definitivas. Mas não posso dar o que não tenho. Desde o dia 28 de outubro, estou mergulhada no silêncio, tentando achar um beco de saída para esse labirinto sem mapa.

Não que haja novidade em termos de tragédia. Afinal, em que rincão do Brasil o rio do sangue negro não jorra? Mas houve ali a assinatura pública de um projeto de país que celebra a morte e nos convoca a aderir ao terror.

Falo desse mundo criado pelos homens e para os homens. Esse mundo masculino e, indiscutivelmente, branco, que gestou a tragédia brasileira e, agora, se arvora a apresentar soluções para o colapso. São homens engravatados determinando operações — muitos expostos em CPIs das milícias e das armas; homens fardados executando ordens; homens armados coordenando facções; homens togados chancelando matanças. Essa estética da violência é a disputa de um grupo de homens sobre outros — e de todos eles sobre nós.

Neste mundo, a masculinidade é semantizada como violência. E a virilidade armada, sabemos, pertence à mesma constelação dos red pills que naturalizam a predação, dos videogames que transformam a morte em passatempo e das músicas que exaltam o domínio masculino sobre as mulheres. Trata-se de um continuum de violência,

que vai da forma como meninos aprendem a desajar até a maneira como o Estado define suas políticas de segurança. O resultado está nos números: segundo o 19º *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, uma mulher é vítima de feminicídio a cada seis horas. 63,6% são negras. Armas de fogo são usadas em quase um quarto dos casos.

As respostas oferecidas a esse quadro são tão perversas quanto ineficazes. De um lado, a auto-defesa individual, com sprays de pimenta vendidos como símbolo de empoderamento; de outro, a cumplicidade das instituições que tomam como referência modelos internacionais com cheiro de testosterona, como o de El Salvador.

Enquanto nos gabinetes se celebra a política da morte, nós, mulheres negras, seguimos apostando na vida. Apesar de excluídas das instâncias decisórias, produzimos há décadas propostas ignoradas pelo Estado, especialmente no âmbito da segurança pública.

De imediato, propomos a pavimentação de um caminho de volta para os jovens envolvidos no tráfico. A pesquisa Raio-X da Vida Real confirma o que já sabíamos: 58% sairiam se tivessem uma alternativa real. Muitos já circulam entre atividades lícitas e ilícitas, fazendo bicos e tentando construir alguma estabilidade em meio ao caos. Cabe pontuar que são filhos da pobreza: para 29% dos entrevistados, o principal motivo para gostar da escola era a merenda. Quando perguntados por que sairiam, respondem com a lógica da sobrevivência: emprego formal, chance de abrir um pequeno negócio, trabalho com flexibilidade ou possibilidade de constituir família explicam 57% das motivações para abandonar o tráfico.

Esse caminho exige um armistício efetivo: cessar-fogo mediado por comunidades e lideranças femininas; possibilidade segura de devolver armas; interrupção da produção clandestina e políticas de apagamento progressivo

da ficha criminal, num processo que substitua as políticas de punição estereis por um projeto de responsabilização social dos indivíduos. Medellín mostrou que não é utopia: anistia parcial, reintegração e presença urbana reconstruíram uma cidade que, nos anos 1980 e 1990, ostentou uma das maiores taxas de homicídios do mundo.

Também é urgente reduzir as armas em circulação. E isso, obviamente, não se faz revistando mochilas de adolescentes negros, mas atuando onde o poder opera: fronteiras por onde entram fuzis, portos que liberam carregamentos, clubes de tiro e CACs usados como fachada, arsenais das forças de segurança que abastecem milícias. Ao se controlar as armas, controla-se a violência que macula tanto os homens na esfera pública quanto as mulheres, no silêncio do privado.

Amanhã, ao tomarmos as ruas de Brasília, marchamos para impedir que a segurança pública seja patenteada como guerra. Marchamos exaltando a política real da vida, da qual somos protagonistas absolutas: donas da economia do cuidado, da sobrevivência e da intelectualidade crítica radical.

Fato é que a transformação efetiva do Brasil só será possível com as mulheres negras na vanguarda das decisões políticas. Abrir mão de nós é abrir mão das agentes que acumulam mediação, gerenciamento de conflitos e horizonte de conciliação. Pelos últimos movimentos no Planalto Central, esse reconhecimento ainda está longe de ser efetuada, considerando a nomeação de um homem branco para o Supremo Tribunal Federal em pleno Dia da Consciência Negra.

Apesar de muitos quilômetros históricos separarem a política da vida da política de gabinetes, o diagnóstico continua inescapável: a paz — que não se consolida com a ausência de conflito, mas com a presença de justiça — é um substantivo feminino negro. E outro caminho para o país só será possível quando se abrir, de fato, um caminho para nós.



A tornozeleira eletrônica: calcanhar de Aquiles de Bolsonaro



» GILBERTO LIMA JUNIOR
Presidente do Instituto Illuminante de Inovação Tecnológica e Impacto Social, futurista e humanista digital

N a madrugada de 22 de novembro, um alarme de tentativa de violação soou no Centro Integrado de Monitoração Eletrônica (Cime) em Brasília. O sistema de rastreamento confirmou tratar-se da tentativa de violação da tornozeleira eletrônica do ex-presidente da República Jair Bolsonaro, que se encontrava em prisão domiciliar, num condomínio nobre da capital.

Cerca de duas horas depois, a pedido da Polícia Federal, o Supremo Tribunal Federal despachou uma ordem de prisão preventiva, que foi cumprida às 6h. O episódio ganhou a mídia nacional e estrangeira, especialmente após a divulgação de um vídeo em que uma agente interage com o ex-presidente. Nas imagens, vê-se a tornozeleira queimada em toda a sua circunferência. Bolsonaro menciona que, por mera “curiosidade”, utilizou um ferro de solda no equipamento.

Para que o leitor possa compreender melhor, o dispositivo é composto por um transmissor “GPS” e um modem de comunicação que envia dados de localização via celular para uma central, 24 horas por dia. Ele possui uma série de sensores que monitoram sua integridade, incluindo sensores de abertura, de corte e de violação

térmica. Quanto à comunicação, a tornozeleira coleta dados de localização via GPS, bem como o status dos sensores de forma permanente.

Esses dados são transmitidos em tempo real, utilizando redes celular (como 3G, 4G ou chips M2M). Se um sensor for ativado, um alerta instantâneo é emitido tanto para a central quanto para o usuário da tornozeleira. Na sequência, a Central aciona os protocolos de emergência, que incluem notificar a polícia e o juiz responsável pelo caso. O mesmo se aplica quando os dados do GPS indicam que o usuário saiu do perímetro permitido pela Justiça. Ou seja, é uma cerca virtual ao redor do monitorado. Pode-se concluir que a eficácia desse sistema de monitoramento depende tanto da tecnologia quanto de uma estrutura adequada de pessoal para acompanhar os alertas.

O mercado brasileiro de tornozeleiras eletrônicas, infelizmente, é um dos mais atraentes do mundo. Por aqui, a disputa se dá entre a britânica Buddi e as brasileiras Spacecom (Curitiba), Geocontrol (Espírito Santo) e a EU Brasil Tecnologia (Brasília). Essa última, fabricante da tornozeleira utilizada por Jair Bolsonaro. Estima-se que 122 mil tornozeleiras estavam ativas no Brasil em 2024, vinte vezes a mais que em 2016. O setor de segurança eletrônica em 2024, incluindo monitores, câmeras e sistemas biométricos, naquele mesmo ano teve uma receita estimada em R\$14 bilhões.

A epopeia grega *Ilíada*, que tem como tema central a ira do guerreiro Aquiles, situa-se no contexto do décimo ano do conflito contra Troia. Na narrativa, Aquiles é uma figura emblemática da

mitologia, um herói de invulnerabilidade quase absoluta, exceto por uma única e fatal fragilidade: o seu calcanhar. Essa vulnerabilidade pontual, que resultou em seu ocaso, legou ao imaginário popular a expressão “calcanhar de Aquiles”, utilizada até os dias atuais para designar o ponto fraco de um indivíduo ou sistema.

O paralelo com o “calcanhar de Bolsonaro” metaforicamente se constrói pela vulnerabilidade imposta pelo monitoramento do dispositivo. Há, porém, uma curiosidade a mais. Segundo o engenheiro Orlan Almeida, que projetou o equipamento, o apelido do hardware que faz a tornozeleira funcionar é “AK”, uma referência a “Akiles”.

Jair Bolsonaro não faz ideia do quanto sua “curiosidade” o colocou em sério risco de morte. Almeida alerta que, ao submeter o equipamento a um ferro de solda, o ex-presidente poderia ter morrido. “Dentro da tornozeleira há uma bateria de lítio ou de íon, altamente suscetível a altas temperaturas. Poderia ter explodido, pegado fogo em sua perna. Ao perfurar o plástico, ele poderia ter perfurado a bateria com um ferro que chega a 200 ou 300 graus, causando uma explosão”, explica.

Estaria mesmo o ex-presidente sob um surto provocado pelo uso de medicamentos como afirmou na sua audiência de custódia? Sua tentativa de violação do equipamento teria sido feita apenas por ele ou contou com o auxílio de mais alguém?

Na Batalha de Troia, a fúria de Aquiles causou a morte de muitos, incluindo o herói troiano Heitor. Seu irmão, Paris, vingou-se atirando uma flecha envenenada, direcionada pelo deus Apolo, ao calcanhar de Aquiles, provocando sua morte.

Regulação em chave lusófona: convergências institucionais entre Brasil e Europa



» BRUNO DANTAS
Ministro do Tribunal de Contas da União

N enhum país disputa protagonismo global sem um sistema regulatório estável, previsível e intelectualmente sofisticado. É essa a lição que atravessa o Regulatory Policy Outlook 2021, os indicadores de governança de 2023 e a análise de incerteza regulatória de 2024. Países que negligenciam essa dimensão não perdem apenas eficiência: perdem autoridade, credibilidade e futuro. O II Fórum Futuro da Regulação, em Lisboa, ocorre justamente quando o Brasil precisa escolher entre a oscilação normativa e a maturidade institucional que sua escala democrática exige.

A regulação tornou-se o núcleo racional do Estado contemporâneo. Majone antecipou a ascensão do “Estado regulador”, mas a velocidade tecnológica transformou essa previsão em urgência. Em sociedades movidas por fluxos digitais e cadeias globais, regular é conferir ordem ao que, de outro modo, seria instabilidade permanente. Sistemas regulatórios sólidos respondem melhor a crises e coordenam suas instituições com maior precisão.

O Brasil avançou com a Lei nº 13.848/2019 ao consolidar parâmetros de governança regulatória, mas ainda patina naquilo que distingue sistemas maduros de meras intenções normativas: a prática consistente da Análise de Impacto Regulatório (AIR).

Os dados são eloquentes. O relatório Regulação em Números, da FGV, examinou 1.415 atos normativos editados por agências reguladoras e constatou que apenas 17,8% deles foram precedidos de AIR. Em 82,2% dos casos, ou se deixou de utilizar essa ferramenta, ou se recorreu à prerrogativa de dispensa. A assimetria é clara: se a Constituição e a lei já delinearam o caminho, a cultura institucional ainda não se alinhou à exigência de fundamentação qualificada e transparência metodológica. Sem AIR, o processo regulatório perde densidade e reforça a vulnerabilidade do país à volatilidade normativa — justamente o oposto do que se espera de quem busca credibilidade internacional.

Nesse ambiente, as Cortes de Contas passaram a desempenhar papel decisivo. O Tribunal de Contas da União adotou métodos de supervisão orientados a risco, intensificando o uso de dados e avaliações de políticas públicas. Essa abordagem converge com as melhores práticas de cooperação regulatória, que recomendam coordenação horizontal para reduzir inconsistências, mitigar lacunas e reforçar a previsibilidade. Com isso, o TCU integra, de forma ativa, a arquitetura regulatória brasileira.

O cenário externo amplia esse desafio. Julia Black descreve a regulação contemporânea como policêntrica, produzida em múltiplos centros de autoridade que operam em níveis subnacionais, nacionais e transnacionais. Nesses arranjos descentralizados, normas e expectativas circulam para além das fronteiras estatais, moldando sistemas jurídicos mesmo sem participação formal dos países afetados. O Brasil, portanto, precisa posicionar-se com maturidade institucional em um ecossistema regulatório global que funciona como rede.

O eixo lusófono oferece, nesse ponto, uma oportunidade singular. Brasil, Portugal e países africanos de língua portuguesa podem constituir uma comunidade regulatória própria, capaz de articular boas práticas, produzir reciprocidades institucionais e promover um diálogo simétrico com a experiência europeia. Essa aproximação amplia a capacidade de construção de padrões comuns em infraestrutura, energia, portos, telecomunicações e tecnologia — e fortalece o peso regulatório do Brasil em debates internacionais.

Os dados reforçam essa convergência. Países com estabilidade regulatória apresentam melhor desempenho logístico, maior previsibilidade tarifária e maior atração de capital privado. Os efeitos são visíveis em setores como portos, energia e transporte aéreo, nos quais previsibilidade é condição de existência. Onde normas permanecem estáveis, investimentos florescem; onde se alteram de modo imprevisível, retraem.

Esses achados dialogam com reflexões teóricas centrais. Cass Sunstein enfatiza que a regulação inteligente exige métricas claras e revisão constante. Anthony Ogus e Baldwin, Cave & Lodge destacam que legitimidade regulatória depende de racionalidade técnica, coerência interna e abertura ao escrutínio público. E Mariana Mazzucato observa que Estados capazes de combinar estabilidade e inovação estruturam ciclos de desenvolvimento duradouros. Juntos, esses autores demonstram que qualidade regulatória é instrumento de autoridade democrática.

O Brasil precisa, assim, institucionalizar análises de impacto, revisar regularmente o estoque regulatório e fortalecer a coordenação entre agências, TCU e Judiciário. Em setores intensivos em capital — energia, saneamento, aviação e logística — previsibilidade não é virtude: é infraestrutura. Normas instáveis corroem confiança, distorcem preços e dificultam a inserção do país em cadeias globais de valor.

O Brasil vive, portanto, um momento em que deve dialogar com o mundo não para imitá-lo, mas para reconhecer-se nele como ator dotado de autoridade normativa. A interlocução com a Europa oferece a oportunidade rara de confrontar tradições, comparar métodos e aperfeiçoar instituições a partir de experiências plurais. A força desse diálogo reside na simetria intelectual, na troca qualificada e na ambição comum de estabilidade.

Lisboa torna-se o espaço em que o Brasil ouve, aprende e também ensina, afirmando sua maturidade institucional. O futuro de nossa regulação dependerá da profundidade com que soubermos habitar esse espaço de convergência — transformando o diálogo em método, e o método em política pública duradoura.